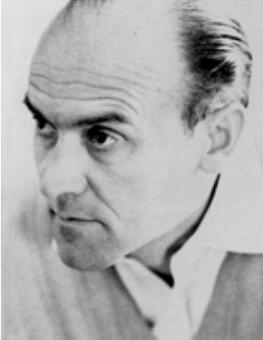


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



LEITÃO, Ruben Andresen (Lisboa, 1920 - Londres, 1975)

Nasceu em Lisboa a 26 de Maio de 1920. Em 1926, o seu pai Ruben da Silva Leitão, licenciado em Direito e ex-chefe do contencioso de *A Mundial*, emigrou para o Brasil (virando-se para o negócio de antiguidades), tendo-se-lhe juntado um ano depois a sua mãe, Gardina Andresen. Durante dois anos, ficou entregue aos cuidados da avó Joana na Quinta do Campo Alegre. Em 1931, ingressou no Liceu Central do Porto. Nos anos seguintes, devido a problemas de saúde provocados por um desastre ocorrido com um pistolão montado como defesa contra ladrões, mudou sucessivamente de escola (Colégio Universal, Liceu Rodrigues de Freitas e Colégio Almeida Garrett), tendo chegado a reprovar no 7º ano. Em 1939, completou o liceu e voltou com os pais para Lisboa. Em 1940, matriculou-se no curso de Ciências Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras de Lisboa, no entanto, dois anos depois, a reprovação na cadeira de Psicologia (leccionada por Matos Romão), do 2º ano do curso, acentuou a sua vontade de pedir transferência para Coimbra. Aí colaborou na revista *Ala*, da Juventude Universitária Católica, e no jornal *Via Latina*. Em 1945, concluiu a licenciatura com uma tese intitulada *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio* e, no ano lectivo de 1947-1948, obteve, como bolseiro do Instituto de Alta Cultura, o grau de *Master of Arts* no King's College, da Universidade de Londres, e foi nomeado Leitor de Português na mesma instituição. Exerceu ainda funções de examinador externo nas Universidades de Cambridge, Ceilão e Liverpool, e de director de exames no Civil Service. Em 1949, promoveu no King's College uma representação da *Farsa de Inês Pereira* por um grupo de alunos e proferiu uma série de palestras sobre a Grã-Bretanha nos Serviços Portugueses da BBC, intituladas "Peregrinações Inglesas", e uma conferência pública intitulada «A Geração de Setenta». Em Outubro desse ano, iniciou uma secção de crónicas no *Diário Popular*, sob o título "Carta de Londres" (entre 1963 e 1974, colaboraria com este periódico, recenseando obras da história e cultura portuguesa). Em 1950, deu uma conferência pública no King's College sobre "Os Vencidos da Vida" e promoveu a representação da peça *Mar*, de Miguel Torga, e do *Auto da Índia*, de Gil Vicente (esta no ano seguinte). Em 1951, proferiu conferências públicas nas Universidades de Cambridge e de Oxford intituladas, respectivamente, «*Portugal Land of Poets*» e «As Corrente Modernas da Literatura Portuguesa». Com estas conferências (e peças de teatro), impulsionava a cultura portuguesa em Inglaterra (e a inglesa em Portugal, com os seus artigos na imprensa periódica nacional) e explorava ideias semelhantes às que o levariam a dedicar-se, durante quase toda a sua carreira académica, ao estudo de D. Pedro V: o cosmopolitismo, a necessidade de progresso económico e de ligação de Portugal à Europa e a crítica ao atraso (económico,



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

social, cultural e mental) português. Refira-se que os seus esforços tendo em vista a aproximação das culturas dos dois países seriam notórios no nosso país em 1963, quando foi convidado pela Fundação Calouste Gulbenkian para membro da Comissão Consultiva das Comemorações do IV Centenário de William Shakespeare, e em 1973, quando integrou a Comissão das Comemorações do VI Centenário da Aliança Luso-Britânica, como representante da Academia Portuguesa da História (de que fora eleito membro em 1959). É ainda de salientar que, tendo muita da sua investigação sobre o reinado de D. Pedro V sido efectuada em Inglaterra, estudos como *Diário de D. Pedro V. Viagem a Inglaterra* (1950), *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto* (1958), *Documentos dos Arquivos de Windsor* (1958), *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor* (1958) ou *Inéditos de D. Pedro V dos Arquivos Reais de Windsor* (1958), não esquecendo a tradução para português da peça *The Cocktail Party*, de T.S.Eliot, publicada em 1953, fazem parte da já referida contribuição do autor para as relações político-culturais luso-britânicas. Em Novembro de 1950, depois da leitura de *Páginas II*, Salazar desconsiderou o estilo de pendor surrealista do autor, tendo comentado com o seu ministro da Educação, Fernando Andrade Pires de Lima, que alguém que não sabia escrever em bom português não poderia representar Portugal nem ensinar a língua, sugerindo o seu afastamento das funções que exercia em Inglaterra. Porém, em Julho de 1951, já não se objectava a que o autor continuasse como Leitor em Londres. Certo é que, em Junho de 1952, depois de ter contraído matrimónio com Rosemary Bach (de quem se viria a divorciar em 1973), Ruben Andresen Leitão renunciou ao Leitorado do King's College para regressar a Portugal, atitude que o expôs a meses de angústia, passados à procura em Lisboa da vida preenchida que mantivera em Londres, com dificuldade em encontrar emprego. Foi em 1954, após breves meses a leccionar História no Liceu D. João de Castro, em Lisboa, que se lhe abriu uma porta para a cultura brasileira: foi admitido como funcionário da Embaixada do Brasil em Lisboa, posição que ocupou até Julho de 1972, e começou a editar *Brasil – Artes e Letras*, revista mensal da Embaixada. Em 1962, foi nomeado Conservador do Instituto de Cultura Brasileira da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, lugar que ocupou até 1967. Por ocasião da visita a Portugal do Presidente brasileiro Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi agraciado com o grau de cavaleiro da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. No início de 1966, manifestava ao seu amigo e colega Charles Boxer o desejo de ser considerado quando vagasse a Cátedra Camões no King's College. Todavia, para suceder a Boxer, foi nomeado, sem concurso, outro professor, o que, depois das antigas posições de Salazar, fê-lo suspeitar de alguma intervenção política. A 16 de Fevereiro desse ano, foi promovido ao grau de Oficial da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul pelos serviços prestados como Conservador do Instituto de Cultura Brasileira, e a 22 de Dezembro, foi-lhe atribuído o II Prémio Bayer de Jornalismo pelo artigo «Paixão de Cristo em Oberammergau», representação a que assistira nessa aldeia bávara durante a Páscoa. Em Fevereiro de 1967, iniciou *O Inventário dos Chafarizes Portugueses*, tendo efectuado viagens pelo país na companhia do seu amigo Francisco da Silva Fernandes, encarregue da parte fotográfica. O inventário foi concluído em Dezembro de 1969 e entregue à Fundação Calouste Gulbenkian, embora nunca tenha sido publicado. Apesar da frustração que sentiu por não ter regressado a Inglaterra, a sua produção intelectual não deixou de ser intensa, como comprovam as referidas viagens para inventariar os chafarizes nacionais, os artigos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

publicados na imprensa, as conferências que proferiu ou a ficção que continuou a produzir. Em 1968, foi eleito Sócio Correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (Classe de Letras – Secção de Ciências Históricas e Geográficas) e, em 1969, ano em que se comemoraram os vinte anos de actividade literária de Ruben A. com a conferência «Prosa da Prosa» no Instituto Alemão, passou a Académico de Número da Academia Portuguesa da História, como sucessor, na Cadeira nº9, de Afonso do Paço. A 6 de Julho desse ano, no Festival de Ouro Preto, no Brasil, proferiu conferências intituladas «O Escritor Português e a Sua Expressão» e «O Solar dos Brasis», repetida a 11 em Belo Horizonte e a 23 no Rio de Janeiro. Ponto alto da sua ligação à cultura brasileira foi a nomeação, a 8 de Julho de 1975, como Conferencista Honorário do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro. Crítico de certa mentalidade portuguesa, tacanha, afastada do resto mundo, que elogiava os seus heróis muitos séculos depois de morrerem, como Luís de Camões, bandeira maior do país no mundo, não deixou de ser convidado para, em representação da Academia Portuguesa da História, fazer parte da Comissão Nacional das Comemorações do IV Centenário da Publicação do Centenário de *Os Lusíadas*. A respeito deste espírito crítico, não raras vezes considerou, como outros escritores que viveram no estrangeiro (Jorge de Sena, por exemplo), que o seu próprio trabalho de ficcionista era desvalorizado pelo público e pelas editoras portuguesas. Contudo, a sua nomeação, a 31 de Julho de 1972, para o Conselho de Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, contradiz qualquer ideia negativa que se pudesse ter em relação à sua relevância para a cultura nacional. No exercício destas funções, desenvolveu a promoção de edições de literatura clássica portuguesa, a abertura de delegações de livrarias da INCM em Lisboa, Coimbra, Porto e Rio de Janeiro (Livraria Camões), e criou os Conselhos Executivos de Numismática e de Medalhística. Em 1974, a seu pedido, foi exonerado da Administração da INCM e, entre Junho e Outubro, escreveu o romance *Kaos*, só publicado pela INCM em 1981, juntamente com o *In Memoriam de Ruben Andresen Leitão* (esta publicação pode ser vista como expressão do reconhecimento da cultura portuguesa pelo seu trabalho). A 12 de Dezembro de 1974, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, no quadro dos Sócios Correspondentes Portugueses. Quatro dias depois, foi nomeado Director-Geral dos assuntos Culturais do Ministério da Educação e Cultura. Na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais, trabalhou na criação de um Instituto de Restauro, no projecto de ampliação do Museu Soares dos Reis no Porto, adquiriu para o Estado a Quinta do Monteiro-Mor (actual Museu Nacional do Traje) e o espólio dos manuscritos de Eça de Queirós do Arquivo de Tormes. Como se constata a partir dos cargos que ocupou, tanto na INCM como no Ministério da Educação e Cultura, a sua contribuição para a cultura portuguesa não se deveu apenas à sua produção historiográfica ou à sua ficção, e o reconhecimento público que lhe foi concedido pelo Estado português foi maior do que o que ele próprio pensou receber. Em 1975, um seu desejo antigo foi realizado com o convite para exercer funções docentes na Universidade de Oxford (Saint Antony's College), no entanto, a 17 de Setembro desse ano, no começo de uma vida conjugal com Maria Luísa Távora, iniciou uma viagem para Inglaterra, na qual teve perturbações de saúde. Na sexta-feira de 26 de Setembro, vítima de um enfarte do miocárdio, morreu no St. George's Hospital (Hyde Park Corner), onde dera entrada no mesmo dia. A 8 de Outubro, por desejo seu, foi sepultado no cemitério de Carreço, em Viana do Castelo.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Resultando principalmente da investigação que levou a cabo durante os anos que passou em Inglaterra, a sua obra historiográfica gira em torno do reinado de D. Pedro V. Foi em Coimbra, com Damião Peres, que se iniciou no estudo daquele que caracterizava como o primeiro homem moderno que em Portugal testemunhou em escritos do seu próprio punho o significado da sua época, do seu país e dos seus homens. Nos Arquivos ingleses encontrou inéditos, correspondências e diários. Saliente-se a importância da publicação da correspondência de D. Pedro V com o príncipe Alberto e com o conde do Lavradio. Em 1955, a Associação Comercial de Lisboa atribuiu o Prémio Silva Martha a *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto* (1954). Sobre essas cartas notaria, num estilo muitas vezes humanizante, normalmente usado na biografia histórica, género muito cultivado na tradição britânica, que lhe davam a sensação de estar perante um D. Pedro carente, hesitante, desconfiado dos seus súbditos, que pedia conselhos como qualquer outro ser humano pediria a um seu familiar. O historiador enunciava aquelas que considerava serem as posições do monarca sobre o país, ao mesmo tempo que deixava subentendida a ideia de que, cem anos depois, pouco tinha mudado. Em contraste com o perfil algo heróico do jovem rei, enumerava alguns dos principais traços da decadência nacional: o regime liberal perdia-se em lutas desnecessárias; os sucessivos ministros da Fazenda Pública não conseguiam resolver o eterno problema do défice, e na maior parte das vezes, só o agravavam ao contraírem empréstimos no estrangeiro; a imprensa era controlada pelos mais ricos, que dela punham e dispunham; as eleições não correspondiam à vontade popular; os deputados eleitos eram comprados como produtos, por vezes a preços caros; faltava educação ao povo; faltava vontade de uma vulgarização de ideias que deviam estar na base de todo o liberalismo; livros, poucos os liam (*D. Pedro V – um homem e um rei*). D. Pedro, nascido a 16 de Setembro de 1837, filho primogénito de D. Maria II e do Príncipe D. Fernando Augusto de Saxe Coburgo (que, em 1853, devido à menoridade de seu filho, assumira uma regência que durou dois anos incompletos), era considerado por Ruben Andresen Leitão, mais do que um talento precoce, um jovem que, motivado por um forte desejo de saber, se privara voluntariamente da infância. Solitário e consciente do atraso do país, sentia a falta de homens que com ele colaborassem na obra da modernização nacional, pois tudo o que tentava fazer caía sistematicamente nas mãos “peganhentos” dos seus ministros (*ibidem*). Caracterizando, recorrentemente, os ministros do “solitário” e “consciente” D. Pedro com adjectivos tais como “peganhentos”, o autor construiu uma biografia assente em algum maniqueísmo: de um lado os bons (D. Pedro e o tio Alberto, o Conde de Lavradio ou Herculano, homens que o compreendiam), do outro, os maus (os deputados, os ministros, Loulé, Saldanha, e tudo o que impedia um jovem inteligente de puxar um país pobre para o progresso). As cartas enviadas ao Conde de Lavradio eram “desabafos” dirigidos a um dos poucos que compreendiam o rei. O aspecto “sombrio” que transparecia da sua fisionomia conferia-lhe um “semblante triste, taciturno”. Durante o seu breve reinado (1855-1861), não assinava nenhum decreto dado em conselho de ministros sem o levar para o seu gabinete e o analisar, independentemente do assunto versado. A sua “integridade de carácter” (contra a perversão reinante) levava-o a criar a Caixa Verde, colocada à porta do Palácio das Necessidades, onde quem quer que fosse poderia deixar as suas ideias, e a Caixa Azul, destinada aos requerimentos do que pretendiam obter esmolas (*ibidem*). Em 1854 e 1855, durante a regência de D. Fernando, D. Pedro e D. Luís fizeram



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

viagens ao estrangeiro. Ruben Andresen Leitão considerava que, por terem-no posto em contacto directo com as inúmeras inovações de um mundo mecânico que nascia à vista de todos, estas viagens tinham sido fundamentais para consolidar uma dupla vontade de reforma moral e material que caracterizaria todo o reinado do monarca. Por conseguinte, contendo projectos que desejava pôr em prática no nosso país, os *Diários* resultantes destas viagens seriam, segundo o historiador, os documentos mais relevantes para o estudo do seu modo de pensar (a ideia de ciência, de aplicação directa, de progresso mecânico). Conta-nos o autor que, com apenas dezasseis anos, D. Pedro lia e observava tudo, tomava conhecimento da aplicação de máquinas a vapor à agricultura, examinava bibliotecas inglesas, admirava os quadros do palácio de Buckingham, deixava-se fascinar pelo Museu das Ciências Naturais Britânico, pela Real Academia, pela Royal Polytechnical Institution ou pela fábrica de pistolas de Samuel Colt, anotava nos seus diários reflexões sobre, por exemplo, o projecto de lei de promoções para o exército, a reorganização das repartições dependentes do Ministério da Guerra ou o parecer relativo ao aumento de artilharia de campanha (*ibidem*). Notava o historiador que todo o reinado de D. Pedro V ficou marcado por um espírito reformista, e dava exemplos como a lei de 14 de Julho de 1856, que criara um novo regulamento provisório disciplinar, para o uso do Exército, abolindo as varadas e a pancada com espada de prancha. Não obstante o que já se mencionou, no entendimento de Ruben Andresen Leitão, a obra capital do monarca relacionava-se com o problema da instrução pública no nosso país. Lembrava, a título ilustrativo que no seu tempo que foram criadas a Escola Normal e a Escola Modelo (1860) e inauguradas quatrocentas e trinta e seis escolas de instrução pública e o Curso Superior de Letras (1861). As opiniões do historiador confundem-se com as de D. Pedro V. Pode-se, até, considerá-lo um verdadeiro discípulo do monarca no que se refere ao papel da história e ao pensamento político, na defesa da liberdade e da igualdade, do progresso e da educação, na defesa do interesse geral sobre o particular. Foi comum a ambos um grande desejo de saber e de viajar, o mesmo gosto cosmopolita pela Europa, um mesmo entendimento sobre a importância da história e do progresso social e político em Portugal. E não seria feita justiça se não se dissesse que a investigação que efectuou em Windsor contribuiu para novas leituras do reinado de D. Pedro. Na sua obra historiográfica, Ruben Andresen Leitão foi, portanto, um estudioso que, embora tenha biografado D. Pedro V de modo assaz elogioso e adoptado muito do pensamento do rei para si próprio, não se limitou ao simples elogio (embora o elogio gratuito esteja muitas vezes presente), antes procurou conferir um sentido crítico ao seu trabalho. Reiteradas vezes assinalou, por exemplo, que o filho de D. Maria II, apesar de culto e sedento de saber, era demasiado jovem para liderar um país com tantos problemas. Os diários das viagens, considerados muito relevantes para a compreensão do reinado de D. Pedro, se atestavam uma inteligência precoce, que o levava a escrever em francês e inglês, também tinham os defeitos dessa juventude excessiva (erros e imprecisões na escrita, alguns pensamentos mais ingénuos, *etc.*). Como já aqui se afirmou, o que Ruben Andresen Leitão viu em D. Pedro foi a mesma vontade de mudar o país, de conhecer, de viajar, de compreender o que havia de moderno na Europa, o cosmopolitismo, a luta contra um atraso nacional muito causado pela mediocridade de políticos como, por exemplo, o duque de Loulé - figura sobre a qual Ruben Andresen Leitão diria, em jeito de epígrafe, que não valia nada (*ibidem*).



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

A obra literária de Ruben Andresen Leitão, onde assina como Ruben A., foi sendo construída paralelamente à sua produção historiográfica para dar uma visão pessimista, sem deixar de lado a parte cômica ou patética que compõe toda a tragédia, do mundo português. Em *A Torre da Barbela* (1964), livro premiado, conta-se a história da família Barbela desde a fundação do reino de Portugal até ao presente. Esta família - composta por fantasmas de sangue nobre ignorantes do que lhes aconteceu, desprovidos de um poder que, à semelhança da glória portuguesa de quinhentos, se esfumou -, que começou por ajudar D. Afonso Henriques a expulsar os mouros e que, depois, viajou nas caravelas para África, Índia e Brasil, chegou ao século XX na mais profunda decadência. Os Barbela são a imagem de um país que se tornou retrógrado e provinciano. A memória dos grandes feitos é uma miragem cada vez mais desbotada, e aquilo que estes fantasmas lusitanos mais têm em mãos é o nevoeiro que todos os dias os vai entregando um pouco mais ao esquecimento. Em *Kaos* (1981), romance póstumo, diferentes personagens cruzam-se para descreverem o ambiente violento, extremista e não poucas vezes absurdo da I República. Insinua-se, por exemplo, em estilo de paródia, que os homens republicanos, na fome de reuniões e de decisões, prescindiam da companhia de suas mulheres para estarem com homens. Com a mesma carga humorística são feitas descrições de alguns rituais maçónicos. E há a violência, a irracionalidade dos homens que preferem destruir facções opostas em vez de se unirem em torno de um projecto político de engrandecimento da pátria. Já em *Caranguejo* (1954), o autor desenvolveu um estilo de narração que consistia num exercício de memória, num andar para trás em relação ao que já viveu (analepse). Este processo, que permaneceria ao longo das suas obras literárias subsequentes, estaria também presente, tanto nos volumes de *Páginas* (1949, 1950, 1956, 1960, 1967 e 1970) como n' *O Mundo à Minha Procura* (1964 e 1968), autobiografias de estilo ficcional, onde encontramos memórias da Segunda Guerra Mundial, da escola, dos namoros, do Porto, de Lisboa, de Coimbra, da Inglaterra e de muitos outros países que, por diferentes motivos, foi visitando. Nestes volumes de autobiografia ficcionada, como de certa forma em *Um Adeus aos Deuses* (1960) – um livro onde escreveu sobre aquilo que viu durante a sua estadia na Grécia –, a beleza das descrições da juventude, das namoradas, da avó ou dos ensinamentos de mestres como Agostinho da Silva, relegam para segundo plano uma certa amargura que o escritor nunca conseguiu abandonar em relação ao seu país materno.

Bibliografia activa: *Cartas de D. Pedro V ao Conde de Lavradio*. Introdução e estudo de Barcelos, Portucalense Editora, 1946; *D. Pedro V – um homem e um rei*, Porto, Portucalense Editora, 1950; *D. Pedro V e Herculano*, Coimbra, Coimbra Editora, 1954; *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*. Tradução e estudo. Lisboa, Fundação da Casa de Bragança-Portugália Editora, 1954; *Documentos dos Arquivos de Windsor*. Apresentação, estudo e notas. Coimbra, Coimbra Editora, 1958; *Novos Documentos dos Arquivos de Windsor*. Apresentação, estudo e notas. Coimbra, Coimbra Editora, 1958; *Cartas de D. Pedro V aos seus contemporâneos*. Apresentação, estudo e notas. Lisboa, Livraria Portugal, 1961; *Inéditos de D. Pedro V ao Imperador do Brasil*. Apresentação, estudo e notas, Sep. da *Revista Ocidente*, Lisboa, Novembro de 1968; *Diário da Viagem a França Del-Rei D. Pedro V (1855)*. *Memórias e Documentos para a História Luso-*



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Francesa – VI, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian. Centro Cultural Português, 1970; *A Importância do Fundo do Real Erário para a História do Brasil. Subsídios para a História Portuguesa*, nº11, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1972.

Bibliografia passiva: A.A.V.V., *O Mundo de Ruben A*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996; CRUZ, Liberto, “Ruben A. Vinte anos de Prosa”, *Revista Ocidente*, vol. LXXVI, Lisboa, 1969, pp. 290-300; FERNANDES, Raul Miguel Rosado, “LEITÃO, Ruben. A. ANDRESEN”, *Dicionário de História de Portugal VIII* (coord. António Barreto e Maria Filomena Mónica), Porto, Figueirinhas, 1999, pp.39-41; LEPECKI, M. Lúcia, “Ruben A.” *Grande dicionário da literatura portuguesa e de teoria literária* (dir. J. J. Cochofel), Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1979, pp. 1-3; MACEDO, Jorge Borges de, “Ruben A. Leitão na historiografia portuguesa contemporânea”, *In memoriam Ruben Andresen Leitão*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, pp.216-224; *In Memoriam Ruben Andresen Leitão* (Org. José Sommer Ribeiro), 3 vols., Lisboa, INCM, 1981; *O Mundo à minha procura: Ruben A. Trinta anos depois* (coord. José Carlos Seabra Pereira), Coimbra, Imp. da Univ. de Coimbra, 2006.

Paulo Rodrigues Ferreira



APOIOS:

